



ARTIGOS - DOSSIÊ ATLANTICAS

Mulheres negras: ecos na historiografia

Black women: echoes in historiography

Taynara Rafaela dos Santos¹

orcid.org/0000-0002-7268-5323
taynara.rafaela@unesp.br

Recebido em: 27 abr. 2021.

Aprovado em: 2 jun. 2021.

Publicado em: 03 set. 2021.

Resumo: O presente artigo tem por objetivo evidenciar as mulheres negras na história do Brasil a partir de uma análise historiográfica, tendo como ponto de partida a premissa de que nosso país é marcado por violências empreendidas a essa parcela da população que se vê empurrada à realidade da subalternização desde a época da colonização. Ao mapearmos essas narrativas criadas que se centram na mulher negra enquanto sujeito histórico, iremos entender quais foram os caminhos e os percalços enfrentados e, também, como se desenvolveram as formas de resistência encontradas para garantir a sua sobrevivência, de suas famílias e comunidades. Contudo, evidenciamos que não é possível pensar a mulher negra sem inseri-la nos marcadores de gênero e de raça, salientando sobre este último que os estudos históricos podem e devem encarar os grupos raciais como heterogêneos, levando em consideração a existência de múltiplas identidades etnicorraciais e, assim, buscando a compreensão de suas especificidades que devem ser observadas à luz do regime de historicidade do qual grupos racializados estão entrepostos. Deste modo, a perspectiva decolonial e o feminismo negro nos auxiliará a refletir aspectos inerentes ao movimento das mulheres negras brasileiras que ao longo do tempo jamais se conformaram com o lugar da opressão e que por meio de enfrentamentos e de lutas visaram transformar suas realidades.

Palavras-chave: Mulher. Negra. Historiografia.

Abstract: This article aims to highlight black women in the history of Brazil from a historiographic analysis, having as its starting point the premise that our country is marked by violence undertaken to this portion of the population that sees itself pushed by the reality of subalternization since the time of colonization. By mapping these created narratives that center on the black woman as a historical subject, we will understand what were the paths and mishaps faced and also how developed the forms of resistance found to ensure their survival, of their families and communities. However, we point out that it is not possible to think black women without inserting them in the markers of gender and race, stressing on the latter that historical studies can and should view racial groups as heterogeneous, taking into account the existence of multiple ethnic identities and thus seeking the understanding of their specificities that must be observed in the light of the historicity regime from which racialized groups are entrenched. Thereby, the decolonial perspective and black feminism will help us to reflect aspects inherent to the movement of brazilian black women who over time never conformed to the place of oppression and who through confrontations and struggles aimed to transform their realities.

Keywords: Woman. Black. Historiography.

Breve panorama histórico

Primeiramente, entendemos que as relações de gênero se constituem na história como um marcador preponderante das relações sociais entre homens e mulheres que culminam em sistemas de poder bem delinea-



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo, SP, Brasil.

dos, onde a mulher enquanto sujeito histórico se encontra em uma categoria secundária. Esforços de historiadoras que se preocupam em inserir a mulher nas pesquisas no campo da história por meio da perspectiva de gênero ainda são bem recentes, tendo em vista que os debates sobre gênero só ganharam visibilidade no âmbito acadêmico a partir da segunda metade do século XX. Segundo Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2008) a história foi o último campo das humanidades a dar a devida atenção à temática, a postura cautelosa da historiografia acarretou morosidade no avanço das discussões sobre a participação das mulheres na história, pois até então os historiadores atribuíam um caráter universal ao sujeito histórico, já que "[...] acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente contempladas, o que não correspondia à realidade" (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284). Essa percepção de sujeito universal gerou atraso nas discussões e dificultou o acesso a outros olhares diante do papel desempenhado pela mulher no cotidiano, na política e nos movimentos sociais, e é por isso que pontuamos a necessidade de localizar e de reconstruir as personagens femininas e suas narrativas apagadas em detrimento do discurso masculino hegemônico. Neste sentido, consideramos o ponto de vista da historiadora Margareth Rago (2001) que diz que "[...] a atenção exclusivamente nas necessidades masculinas, nos seus interesses, desejos, concepções, garante apenas uma compreensão distorcida e parcial das práticas sociais" (RAGO, 2001, p. 64).

Ao focalizarmos a nossa investigação da mulher na historiografia levando em consideração o marcador racial como preponderante, buscamos nos aprofundar ainda mais na temática de gênero alinhado à perspectiva racial, sendo que este último, mesmo quando inserido nos estudos de gênero devido aos avanços nesta área, ainda é enxergado de maneira subsidiária e não central em relação a outros atravessamentos inerentes ao sujeito, como a classe, por exemplo. É por isso que chamamos atenção à questão racial que, em uma sociedade extremamente racializada como a brasileira, é impossível dissociar tal marcador

presente nas relações individuais e coletivas.

Quando nos debruçamos em estudos que se propuseram a localizar a mulher negra na História do Brasil, percebemos que neste contexto a sua imagem é encontrada em lugares bem delineados, situando-se, principalmente, nos estudos sobre o período colonial. Petrônio Domingues (2007) nos lembra desse fato ao denunciar as possíveis lacunas na historiografia:

A história da mulher negra no Brasil ainda não foi devidamente contada. Se a historiografia já se ocupou, razoavelmente, da temática da mulher negra na época da escravidão, o mesmo não se pode afirmar para a época do pós-Abolição. Com a questão da resistência negra, o fenômeno se repete. Se já existem pesquisas que exploraram a participação da mulher negra nos movimentos de resistência no período da escravidão, o mesmo não se pode dizer para o período do pós-Abolição. Como a mulher negra participou da luta anti-racista nesse período? Trata-se de uma lacuna que precisa ser preenchida (DOMINGUES, 2007, p. 347).

Neste ponto é necessário voltar o nosso olhar para as pesquisas que se encarregaram de contar, mesmo que brevemente, as trajetórias dessas mulheres que se encontram de maneira substancial em múltiplos períodos da história. Para princípio de análise, consideramos o chamado período colonial onde Núbia Moreira (2006) observou que a mulher negra se insere na sociedade patriarcal e escravocrata através de dois marcadores distintos: a "preta" e a "mulata". A mulher preta, retinta e escravizada se caracterizava pela cozinheira de "mãos cheias", geralmente, empenhada no trabalho pesado das lavouras e do engenho, também encontraremos a mulher preta no estereótipo da "mãe-preta" aquela que é atrelada a uma servidão supostamente inata e aos cuidados maternos aos filhos dos senhores brancos de engenho. Moreira irá se apoiar na produção bibliográfica de Gilberto Freyre para ilustrar essas representações da historiografia de cunho mais tradicional. Segundo a autora, o ensaísta investigou e sustentou a tese do lugar de submissão ao empreender reflexões que apontam para a presença da mulher negra como demarcada pela sexualidade e subalternidade, em sua famosa obra intitulada *Casa Grande &*

Senzala, que possui inegável valor no sentido de contribuição acadêmica, Freyre descreve a mulher negra de maneira que nos faz pensar que a mesma se configura como sujeito passivo e mero instrumento de trabalho e de exploração sexual quando incorpora estereótipos como este: “[...] ‘Branca para casar, mulata para f... negra para trabalhar’ ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual da mulata” (FREYRE, 1992, p. 10).

Pode-se afirmar que, a literatura Freyreana, em certo grau, romantizou os abusos presentes nas relações entre a mulher escravizada e o dono de escravos. Ainda, hierarquizou com uma representação positiva a mulher branca em detrimento da negra, além de reduzir a mulher dita mulata ao erotismo exacerbado. A historiadora Sônia Maria Giacomini (1988) contesta essa visão da “democracia racial” nas relações ao esclarecer que essas conexões não se deram de maneira branda e com traços tão demarcados de afetividades mútuas como ilustrou Freyre. Ela explica que tal afeição, se acontecia, se dava de forma perniciososa porque operava-se a partir do sistema de poder existente entre senhor e escravizada; ao passo das relações de patriarcalismo que ditavam a época, a autora questiona esses discursos que tentam amenizar as práticas de violência do regime escravocrata.

Visando, ainda, elucidar os lugares existentes e persistentes da mulher negra na historiografia, iremos problematizar o conceito de “mulatice” por entendermos que esse estereótipo tão engendrado no contexto brasileiro colonial ainda perpassa, infelizmente, os dias atuais e que por isso se faz necessário compreender a sua gênese. As mulheres nascidas no Brasil e ditas “mestiças” seriam o fruto do estupro empreendido contra as mulheres negras escravizadas e são definidas como a síntese da mestiçagem brasileira, já que são esses corpos que carregam marcadores de uma sexualidade animalésca e quase que primitiva, a título de comparação aos corpos das mulheres negras retintas. Ao analisar esse estereótipo negativo,

Mariza Corrêa (2006) aponta a existência de duas categorias de mulata: a desejável e a indesejável. A desejável seria aquela mulher descrita principalmente na literatura como “fogosa” com belo corpo, cheirosa, que dança de forma lasciva – podemos inserir aqui a conhecida figura da “globeleza” – e que “destrói” casamentos, ou seja, objeto de desejo puramente sexual. Já a ideia de indesejável parte do pressuposto da miscigenação enquanto deletério para a sociedade que enxergava na brancura uma suposta superioridade. Médicos e estudiosos durante o século XIX repudiaram a mistura de raças e a viam como marcador da degeneração da população brasileira. A autora nos lembra ainda que a mulata servia como cobaia em estudos médicos que tinham por finalidade atestar a superioridade branca em relação a parcela negra da população. Ao estudar a anatomia de mulheres escravizadas negras e mestiças médicos como Nina Rodrigues concluíram embasados em racismo científico que a mulheres negras já nasciam com o hímen rompido, esse argumento serviu para justificar, segundo Corrêa, uma série de abusos físicos e sexuais cometidos por esses homens que eram considerados detentores do saber científico da época.²

Corrêa informa que o conceito de mulata transcende o que compreendemos como branco e negro no Brasil, ficando entre este limiar por se tratar, principalmente, de uma figura culturalmente construída, entendido como um lugar fixo e definitivo se opondo de tal maneira ao que se entende como feminino universal:

Acredito que a mulata construída em nosso imaginário social contribui, no âmbito das classificações raciais, para expor a contradição entre a afirmação de nossa democracia racial e a flagrante desigualdade social entre brancos e não brancos em nosso país: como “mulato” é uma categoria extremamente ambígua e fluida, ao destacar dela a mulata que é a tal, parece resolver-se esta contradição, como se se criasse um terceiro termo entre os termos Branco e Negro. Mas, no âmbito das classificações de gênero, ao encarnar de maneira tão explícita o desejo do Masculino Branco, a mulata também revela a rejeição que essa encarnação esconde: a rejeição à negra preta (CORRÊA, 2006, p. 49-50).

² CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, p. 44-45, 1996.

Abdias do Nascimento (1978) também expôs dados sobre a condição da mulher de descendência africana no Brasil no período escravocrata, ele pondera que durante este período as mulheres escravizadas eram constantemente abusadas pelos homens que detinham o poder sobre elas, que as exploravam sexualmente impondo-as a condição de prostitutas a fim de obter fonte de renda para si. Essas mulheres deveriam trabalhar nas ruas e todo o dinheiro arrecadado deveria ser entregue a seus "donos". O autor nos mostra que essa prática de proxenetismo era bastante comum, afirmando que "[...] ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco" (NASCIMENTO, 1978, p. 61).

Ainda neste contexto de escravidão que perdurou no Brasil por 300 anos, a historiadora Maria Odila Dias (2012) nos elucida acerca da situação das mulheres escravizadas, desde os sequestros sofridos no continente africano até a árdua vivência no Brasil. A autora acrescenta que estas mulheres eram objeto de desejo de traficantes de escravos, pois ao serem vistas como meras "reprodutoras" eram consideradas mais rentáveis para a comercialização de pessoas. É evidente que a experiência da travessia pelo atlântico foi traumática para os negros que foram trazidos à América pelos navios negreiros, eram meses de tortura física e psicológica, desnutrição e morte, para aqueles que conseguiam chegar ao Brasil, o terror estava longe de se findar. As mulheres negras neste contexto foram submetidas aos mais variados abusos no que toca o trabalho extenuante, casamentos arranjados, gestações forçadas, separação de filhos e maridos, intensa violência física, assassinatos e/ou suicídios, estupro constantes, além de perseguições às suas práticas religiosas.

Em relação à religiosidade a autora remarca que as mulheres foram importantes mantenedoras e divulgadoras dos costumes trazidos da África. Eram elas que conheciam simpatias, ervas

medicinais e as rezas ancestrais. Tais práticas serviam de elemento agregador as comunidades dispersas do regime de escravidão, era uma forma de contar com a proteção espiritual dos deuses africanos contra os maus-tratos que sofriam em terras brasileiras. Obviamente essa religiosidade era severamente sufocada e punida com castigos que poderiam levar à morte por açoitamento, sobre isso destacou Dias: "Os senhores, por sua vez, sentiam-se ameaçados pelas escravas curandeiras. Temiam ser envenenados por elas e ordenaram aos feitores que infringissem as suspeitas de curandeirismo bárbaros castigos" (DIAS, 2012, p. 370).

Caminhando um pouco mais na história, iremos buscar dados referentes ao período do pós-abolição, que como sabemos, não deram aos negros recém libertos condições dignas de sobrevivência e, muito menos, de reparação pelos séculos em situação de cativo. Ao analisar as nuances da escrita da história que trazem as mulheres negras como protagonistas, segundo dados do final do século XIX e início do século XX apontados pela historiadora Bebel Nepomuceno (2012), observamos a diferenciação existente entre mulheres negras e mulheres brancas no contexto do trabalho. Enquanto as mulheres brancas e abastadas ficavam confinadas em suas casas sendo sustentadas e proibidas de circularem nos espaços públicos sem a presença do pai ou do marido, as mulheres negras possuíam diversas formas de geração de renda, ocupavam as ruas muito a contragosto das autoridades republicanas, com barracas de quitutes e leguminosas, lavando e costurando roupas para fora, no ambiente rural, algumas dessas mulheres conseguiam adquirir pedaços de terra onde plantavam e comercializavam seus produtos na cidade, se tornando sitiadas e agricultoras. Uma parcela delas chegava a acumular patrimônio a partir dessas ocupações informais, uma vez que, na maioria dos casos, eram as próprias mulheres que provinham o sustento de toda a família.

A autora descreve ainda o esforço de organizações negras desse período, como a Frente

Negra Brasileira (FNB),³ que foi um movimento nacional fundado em 16 de setembro de 1931 na capital paulista, com o objetivo de defender a identidade negra, denunciando a segregação em espaços públicos, a falta de oportunidades e de acesso à educação, saúde e empregos. A FNB procurava estimular que as mulheres e seus descendentes tivessem acesso à educação como forma de ascensão social. Esse interesse culminou na criação de escolas comunitárias e de cursos de alfabetização criados por essas e outras entidades negras, aqueles que possuísem alguma condição financeira, iam em busca de professores particulares. Fica-se evidenciado que esta questão sempre esteve presente no imaginário da população negra que via na educação uma importante ferramenta para superação do racismo e da desigualdade gerada por ele. Porém esta luta pela igualdade de direitos se tornava truncada quando ao finalmente ingressaram no ambiente escolar regular, o obstáculo do preconceito racial por parte dos professores e demais alunos brancos gerava alta taxa de evasão que só foi percebida décadas depois pelas pesquisas em educação.

Por fim, Nepomuceno recorre à existência de formas de mobilização e de ocupação dos espaços de discussão conquistados através do associativismo⁴ nas primeiras décadas do século XX, que se caracterizava por clubes dançantes e desportivos localizados, principalmente, nos centros urbanos e que tinham por objetivo criar modos de luta contra a discriminação racial, especialmente para a obtenção de melhores condições de trabalho para a população negra. Posteriormente, com a organização de movimentos sociais, surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU),⁵ na cidade de São Paulo, no final da década de 1970. Inspirado nas organizações negras marxistas

estadunidenses, a organização contava com diversas entidades negras como o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Grupo Afro-Latino América, dentre outros. O MNU correspondia o esforço de unificar as diversas manifestações do movimento negro que ascendiam naquele período, a primeira atividade da organização foi o ato público em frente ao Theatro Municipal de São Paulo pela discriminação racial sofrida por jovens negros no Clube de Regatas Tiête e, também, pela morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, brutalmente torturado e assassinado no 44.º Distrito Policial de Guaianases.

Apesar da importância dessas organizações em prol da mobilização da população negra diante do combate ao preconceito racial, é perceptível que no interior delas as mulheres negras não ocupavam posições de destaque, embora fossem, muitas vezes, a maioria. Isso ocorreu, segundo a autora, por conta da reprodução de estereótipos de gênero presentes nos discursos direcionados às mulheres da época, de que o papel que cabia à mulher era apenas o de "esposa" e/ou de "mãe". Apesar desses entraves, as mulheres negras conseguiram se organizar dentro desses espaços criando seus próprios departamentos dentro dos movimentos ou escrevendo em jornais sobre a suas aspirações e necessidades, um exemplo que podemos citar é a criação do Conselho Nacional de Mulheres Negras no interior do grupo Teatro Experimental do Negro (TEN),⁶ uma iniciativa do dramaturgo Abdias do Nascimento que, em 1944, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro grupo de teatro negro do Brasil.

Esse conselho criado no interior do TEN era composto majoritariamente por empregadas domésticas e seu objetivo era promover ações concretas que auxiliassem as mulheres a se integrarem de

³ OLIVEIRA, André Côrtes. *Quem é a "gente negra nacional"?: Frente Negra Brasileira e a Voz da Raça (1933-1937)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

⁴ MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. Em Busca da Cidadania. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. cap. 7, v. 180, p. 63-79.

⁵ DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

⁶ É importante salientar que as ações do TEN para promover o debate sobre a discriminação racial e dar visibilidade ao negro não se restringiam ao palco, o grupo realizava diversos eventos acadêmicos e encontros com intelectuais para discutir a situação do negro no Brasil, promovia concursos de arte e beleza para enaltecer a cultura e a identidade negra, também criou cursos de teatro e de alfabetização para trabalhadores negros. Para saber mais sobre a trajetória do grupo, recomenda-se o acesso ao acervo documental relativo ao TEN disponível online na hemeroteca do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiro (IPEAFRO). Disponível em: <https://ipeafro.org.br>. Acesso em: 5 abr. 2021.

maneira efetiva à vida social a partir do oferecimento de cursos de corte e costura, culinária, alfabetização, datilografia, dentre outros. Vale ressaltar que a criação do Conselho de Mulheres Negras criado em 1950 se deu a partir da iniciativa da Assistente Social Maria de Lourdes Vale do Nascimento, que dirigia o Departamento Feminino do TEN, além de ser diretora e colunista do Jornal *Quilombo – Vida e Aspirações do Negro*, que se tratava do periódico que disseminava as ações e a ideologia do grupo de teatro de Abdias do Nascimento.

Ainda sobre o início do século XX, observamos que este período é marcado por uma série de conquistas à classe trabalhadora e ao movimento feminista que florescia naquele momento. O direito ao voto feminino aprovado em 1934 foi provavelmente uma das vitórias mais significativas para as mulheres. Todavia, essa conquista não teve um impacto tão expressivo na vida das mulheres negras brasileiras que ainda enfrentavam o desafio de prover suas famílias enfrentando o preconceito racial enraizado na sociedade que havia abolido a escravidão muito recentemente, além de continuarem a ocupar postos precarizados de trabalho. Florestan Fernandes (2008), ao empreender um estudo sobre a inserção do negro ao mercado de trabalho no pós-abolição, destacou o papel da mulher negra no cenário de São Paulo do final do século XIX e início do XX. Fernandes explica que elas tiveram mais facilidades de inserção no trabalho livre do que o homem negro devido a manutenção do espaço doméstico desempenhado durante o regime escravocrata. Para o autor, isso teria de certa forma "favorecido" a inserção das mulheres negras no ambiente de trabalho como empregadas domésticas. Ainda que houvesse uma crescente procura por mão de obra "estrangeira" muitas mulheres brancas se recusavam a exercer as funções domésticas sob as mesmas condições que eram submetidas as mulheres negras. Esta presença estrangeira impulsionada pelas políticas de imigração europeia com o objetivo de embranquecer a popu-

lação brasileira daquele período, bem como os resquícios de paternalismo existentes durante a primeira república, conduziu a mulher negra a ocupar as posições sociais associadas ao regime escravista dentro da esfera capitalista. Sobre essa questão, destacou o autor:

Por causa da sua integração à rede de serviços urbanos, é a mulher (e não o homem) que vai contar como agente de trabalho privilegiado não no sentido de achar um aproveitamento ideal ou decididamente compensador, mas por ser a única a contar com ocupações persistentes e, enfim com um meio de vida. Se lembrarmos que o "elemento negro" saía da escravidão sem formas de vida social organizada, temos aí um sistema de referência suficientemente amplo o que iria ser, pra ele, a vida na cidade. Numa população continuamente lavrada por extensas recomposições internas, crescentemente ajustada de modo marginal ou periférico aos centros de interesses econômicos, sociais e culturais dominantes, e que expunha a mulher aos riscos de se converter no "meio de subsistência" do homem, mas sem as defesas suplementares da família estável e integrada, não existiam probabilidades eficientes de pronta correção dos focos de anomia social. Nela só existiam e medravam, ao contrário, influência favoráveis à perpetuação indefinida e ao agravamento intermitente dos fatores de desorganização da vida pessoal e social do "negro" ou do "mulato" (FERNANDES, 2008, p. 83).

Formas de enfrentamento e resistência

Após esse panorama que nos remete ao lugar ocupado pela figura feminina negra na história brasileira, percebemos a urgência da exposição de outras formas de representação, e é neste ponto que recorreremos à literatura como fonte no intuito de localizar essas narrativas onde podemos encontrar dados de vivências protagonistas e ativas, visando distanciar-se da produção do período escravista de lugar secundário, garantindo que esses registros alcancem seus pares,⁷ também é importante salientar que as obras são escritas em primeira pessoa. Entre as obras literárias sobre mulheres negras escritas por mulheres negras, podemos citar *Um Defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2009), um romance inspirado na vida

⁷ Ao se debruçar sobre a produção literária de autoras negras como Ponciá Vivência, Maria Carolina de Jesus e Paulina Chiziane, a pesquisadora Renata Jesus da Costa revela esta tendência como forma de legitimação da presença negra nos espaços acadêmicos, ver: COSTA, Renata Jesus. *Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

de Luísa Mahin, mulher escravizada trazida da África para o Brasil ainda criança que narra sua história de vida para seu filho, Luís Gama, como seu envolvimento na revolta dos Malês na Bahia do século XIX. Outro exemplo a ser lembrado é Úrsula, de Maria Firmino dos Reis (1859), considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro. A autora também era defensora da educação e, ainda no século XIX, fundou a primeira escola mista e gratuita do estado do Maranhão. Destacamos, também, a obra *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, de Maria Carolina de Jesus (1960), que foi publicada em diversos países e trouxe um novo movimento na literatura periférica do Brasil. Esse livro traz os escritos de Carolina sobre sua vida marcada pela fome e por sonhos na favela do Canindé, em São Paulo. Por fim, outra escritora que merece destaque por sua produção é Conceição Evaristo. Doutora em literatura, publicou o romance *Ponciá Vivência* em 2003 e, posteriormente, *Olhos d'água*, mas desde a década de 1990 escreve poemas e contos centrados na vivência dos negros brasileiros, o que a autora concebe como "escrevivência".

Pensando através dessa necessidade do contraponto que desloca a representação da mulher negra para o lugar de protagonista da sua própria história, iremos nos centrar na análise de Lélia Gonzalez⁸ (1984) que foi uma influente intelectual brasileira cuja produção acadêmica e militância se centrava, principalmente, no racismo e no sexismo enfrentado pelas mulheres negras brasileiras. A autora foi pontual ao expor que o MNU foi de extrema importância para fomentar as discussões raciais entre as mulheres negras militantes. O surgimento de grupos organizados nos centros de produção de conhecimento como a universidade, só foi possível pela ascensão econômica mesmo que muito pequena dos negros que adentraram ao mercado de trabalho, fomentando a criação de uma classe operária negra fruto da migração interna, principalmente, das regiões do Nordeste para o Sudeste. São os filhos desses trabalhadores que se tornariam os primeiros negros a acessar à universidade em meados da década

de 1970. A condição que permitiu esse acesso se deu mediante intensas disputas e dificuldades por parte dessa população historicamente empurrada para a marginalização.

Outro ponto de ruptura com a lógica de silenciamento foi a criação de associações de moradores de favelas e de bairros periféricos, que se caracterizava pela participação da camada mais precarizada da população negra, que reivindicava saneamento básico, habitação digna, maiores oportunidades de trabalho etc. Lélia destaca que o MNU teve mais adeptos entre os setores médios, nos ilustrando que no interior do MNU essa classe média da população negra se configurava por ser bastante exposta às práticas racistas por conta de ocupar posições mais competitivas no que diz respeito ao trabalho não manual.

Estas entidades e associações foram imprescindíveis para a organização interna e política das mulheres negras, que ao se inserirem nesses espaços de discussões puderam ter maiores oportunidades de falar de si e pensar em formas de articulação, em relação ao movimento de mulheres brancas, por exemplo. Esses encontros, trocas de experiências e saberes promovidos trouxeram à tona uma realidade muito particular, presente nos discursos das mulheres negras militantes, principalmente, em relação ao mercado de trabalho, educação e saúde. Essas mulheres se percebiam cerceadas e negligenciadas ao acesso de direitos básicos e às políticas públicas que têm por objetivo garantir o bem-estar de toda a população. Contudo, o silenciamento em relação às questões de gênero existentes nesses espaços, muitas vezes, compostos por homens negros que reproduziam falas e práticas machistas, as impediu de avançar nos debates onde a questão de raça era central, isto é, a reprodução de opressões de gênero acabou gerando embates que culminaram na necessidade do surgimento do intitulado feminismo negro, onde as mulheres negras universitárias do MNU iniciaram o que chamaram de "enegrecendo o feminismo", tendo como importantes precursoras Lélia Gonzalez e

⁸ Lélia Gonzalez: A mulher que revolucionou o movimento negro. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=53181>. Acesso em: 20 jan. 2021.

Beatriz Nascimento,⁹ outra importante intelectual negra que centrou seus estudos na criação do conceito de quilombos urbanos.

O feminismo negro se difere do feminismo liberal, segundo Gonzalez pois "[...] o feminismo negro possui sua diferença específica em face do ocidental: a da solidariedade, fundada em uma experiência histórica comum" (GONZALEZ, 1984, p. 8). Ela elucida que o movimento de mulheres brancas nascidas nas camadas médias, não veem a questão racial como fator central na geração de opressões, fato que acarretou o distanciamento das mulheres negras desse tipo de mobilização. Patrícia Hill Collins (1998), uma das expoentes do movimento feminista negro estadunidense, diz que o feminismo negro propõe esforços para se aproximar de um discurso coletivo altamente definido e articulado entre mulheres negras. Collins mostra que, ao construir espaços seguros onde podem falar de si, esses contribuem para o empoderamento dessas mulheres, mesmo que criados com princípios de "exclusão" (de pessoas não negras e homens). Esses locais têm por objetivo a construção de uma sociedade igualitária através da criação de autodefinições. Ao centrar-se no *self*, as mulheres negras, segundo Collins, ressignificam opressões internalizadas inerentes a sua condição, ou seja, o movimento de se "reposicionar" leva as mulheres negras a saírem do lugar de vitimização para o lugar da ação, se distanciando das imagens de controle colocadas pelo racismo e machismo, transformando discursos negativos em positivos.

Bell Hooks (1981), que foi outra importante feminista negra dos Estados Unidos, elucida que muitas mulheres negras não se autodenominam feministas por conta do racismo existente dentro do movimento. Sobre isso, a autora nos diz que o temor é compreensível por mulheres que historicamente foram violentadas de diversas formas, mas enfatiza que a tomada de consciência dessas mulheres se dará de forma gradual quando se sentirem, de alguma maneira, acolhidas pelo

feminismo negro. Sobre essa tomada de consciência por parte das mulheres negras a respeito do feminismo, a autora prenuncia que o movimento feminista negro visa construir caminhos de autoaceitação e de compreensão de si para todas as mulheres negras: "Nós estamos a clarear um caminho para nós mesmas e para as nossas irmãs. Esperamos que quando elas vierem alcançar o nosso objetivo – não mais vitimizadas, não mais menosprezadas, não mais com medo – elas tenham coragem e sigam" (HOOKS, 1981, p. 139).

A socióloga Nubia Moreira (2007) argumenta que o movimento feminista negro no Brasil se organizou a partir da necessidade de intervenção nos processos sociais e, uma vez que objetivado, gerava nas mulheres militantes, além da sensação de pertencimento, a ideia de tomada de consciência radical no que tange a sua subjetividade, com esse movimento, a autora argumenta que a luta das mulheres negras brasileiras irá também se fundamentar no "resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade" (MOREIRA, 2007, p. 75). As questões trazidas pelo feminismo negro brasileiro a partir da década de 1980 surgem também das discussões de entre raça e gênero no âmbito do feminismo clássico, onde se observou a opressão racial como um marcador preponderante a partir da experiência histórica das mulheres negras, que não se reconhecem como parte do modelo de mulher universal. Partindo de uma perspectiva mais abrangente, o feminismo negro enquanto teoria nos diz que é impossível pensar gênero no Brasil sem o atravessamento racial e, conseqüentemente, o de classe, dado que é evidente, como já apontado aqui, que a povo negro compõe a maior parcela da sociedade que se encontra nas ocupações e empregos considerados por conta dos resquícios do sistema escravocrata, subalternizados.

A filósofa e fundadora do "Geledés – Instituto da Mulher Negra",¹⁰ Sueli Carneiro, pontua

⁹ RATTIS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Kuanza, 2007.

¹⁰ GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra trata-se de uma ONG de Feminismo Negro fundada no Brasil em 1988, que se organiza politicamente com a finalidade de realizar ações e debates sobre racismo, sexismo, educação e saúde.

que os chamados "feminismos" devem ter o compromisso de superar qualquer ideologia de opressão, e que ao analisar o contexto plurirracial brasileiro, essa necessidade se faz primordial. É neste sentido que devemos lançar nosso olhar diante dos impactos do racismo nas relações de gênero pois, segundo a autora, é o racismo que irá determinar hierarquias sociais e de gênero em nossa sociedade. Com o avanço dessa percepção encabeçada pelas mulheres negras, a filósofa enfatiza o enriquecimento das ações políticas que tem como cerne o antirracismo e o combate ao sexismo. Carneiro enxerga, ainda, a necessidade de impulsionar discussões raciais e de gênero a nível nacional e internacional com a finalidade de sensibilizar movimentos sociais e governos e, também, garantir o acesso e a criação de políticas públicas que atendam as especificidades das mulheres negras, principalmente em relação aspectos éticos relacionados à saúde e à violência. Neste sentido, a autora ressalta que:

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a "boa aparência", que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (CARNEIRO, 2003, p. 50).

Buscando reflexões em teorias que procuram descortinar o ponto de vista de grupos subalternizados como as mulheres negras, situamos aqui os recentes estudos decoloniais que tiveram por finalidade se distanciar da perspectiva eurocêntrica na construção de conhecimento, se aproximando de saberes de povos historicamente apagados, além de organizar categorias como raça e gênero como correlacionadas, como se pertencessem a uma única estrutura dentro da lógica normativa e universalista da colonialidade,

que domina espaços de poder, de saberes e da própria subjetividade, dessa maneira, "[...] para pensar os significados do "humano" é necessário analisar o gênero dentro da perspectiva decolonial que reconhece a raça como uma das principais categorias definidoras e hierarquizantes do humano" (GOMES, 2018, p. 72).

A decolonialidade propõe a compreensão dos arranjos sociais de grupos oprimidos ao longo da história a partir de uma episteme que leva em consideração a escravidão e a colonização de povos das Américas, essa característica é, segundo Grosfoguel (2011), o que difere o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos do Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos. O autor tece crítica aos intelectuais do grupo Sul-Asiático – que abrange principalmente intelectuais indianos radicados na Inglaterra – ao dizer que esses autores incorporam a ideia de subalternidade a partir do conceito pós-estruturalista, ou seja, baseiam-se em uma teoria eurocêntrica para criticar o próprio eurocentrismo colonial. Esse olhar, para Grosfoguel, não leva em consideração outras epistemes e, por isso, não permite uma leitura mais aprofundada dos processos da colonialidade.

É importante ressaltar que os estudiosos que compõem o grupo dos Estudos Subalternos Latino-Americanos têm como cerne a colonização Ibérica empreendida nas Américas entre os séculos XV e XVI, bem como seus impactos no processo civilizatório. Anibal Quijano (2005) irá dizer que o fator racial foi o que definiu a divisão do trabalho nas Américas através da visão e da imposição do colonizador europeu. Essa concepção, que perdura até os dias atuais é, para o autor peruano, o que configura um padrão de poder hegemônico e persistente, o que ele descreveu como "colonialidade do poder". Essa ideia dialoga com a percepção das teóricas e feministas negras brasileiras que percebem o racismo estrutural como definidor da divisão de trabalho, tendo em vista a experiência colonial sustentada durante séculos por mão de obra escrava. O que pode definir de fato a decolonialidade enquanto teoria que se compromete em explicar os processos

sociais a partir da experiência de povos atravessados pela colonização, é a multiplicidade de fontes que podem ser levadas em consideração nessas análises, como a tradição oral, as práticas ritualísticas de povos tradicionais, os saberes ancestrais, as manifestações culturais etc. Deste modo, retornamos àquela necessidade apontada aqui sobre a importância em se olhar a trajetória das mulheres negras a partir das próprias mulheres negras que se propuseram a estudar e a mapear os percursos empreendidos por outras mulheres negras, nos mais variados períodos da nossa história e quem sabe assim, obter uma leitura mais substancial da realidade dessas mulheres.

Essa estratégia metodológica é pontuada por Figueiredo (2020) como positiva. Ao ingressar nos espaços acadêmicos e reivindicar por bibliografias de autores africanos, asiáticos e latino-americanos, os grupos subalternizados visam romper com a lógica do saber eurocêntrico e epistemicida. A autora também ressalta que essas produções, muitas vezes, seguem o caminho de incorporar em seu interior as experiências pessoais e coletivas, ou seja, a experiência de pesquisadoras e de pesquisadores negros são utilizadas também como base para a sua teorização, um movimento que busca compreender a sua realidade e da sua comunidade dentro da pesquisa acadêmica com o desejo e o objetivo de transformação da sua própria realidade. Esse ponto de vista dentro dos espaços de saber ainda é bastante polêmico pois é visto como militante e senso comum. Contudo, Figueiredo nos lembra que sempre iremos buscar aquilo que nos é comum e familiar e que isso não deve ser motivo para invalidação do trabalho de pesquisadoras e pesquisadores negros, pois ao se distanciar da ideia canônica e conservadora de neutralidade axiológica, essas produções visam se aproximar da afirmativa de que "o pessoal é político" e que "as ferramentas do senhor jamais destruirão a casa do mestre".¹¹

Sendo assim, compreendemos o impacto das produções decoloniais que aludem as produções de conhecimento de mulheres negras buscam

epistemologias horizontalizadas, perspectiva essa nomeada por Figueiredo como "epistemologia insubmissa feminista negra decolonial" que corresponde a ideia de:

[...] uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é aquela que se rebela frente às normas previamente estabelecidas, rompendo fronteiras e colocando os sujeitos que historicamente estiveram à margem no centro da produção do conhecimento, no nosso caso em especial, colocando as mulheres negras no centro da produção. Essa proposta está em perfeita consonância com outras levadas a cabo pela perspectiva teórica decolonial e epistemologias outras. Quero dizer que é em diálogo com essas teorias que a produção de mulheres negras tem se articulando e formulado algo em direção ao que definimos como uma epistemologia insubmissa feminista negra decolonial (FIGUEIREDO, 2020, p. 20).

A partir dessa leitura de mundo, entendemos o desafio de pensarmos que dentro do espaço acadêmico estamos sempre consultando os mesmos autores, dos mesmos lugares e em sua maioria do sexo masculino e brancos. Romper como essa lógica normativa no campo do conhecimento é crucial para o desenvolvimento de uma escrita da história que abarque uma pluralidade de versões dos acontecimentos, uma vez que é observado que uma grande parte dos grupos humanos que se tem notícia, teve sua história fragmentada ou até mesmo deliberadamente apagada em detrimento de outras narrativas, contudo é dever do historiador resgatar essas outras versões da história, assim como elucida o historiador Marc Bloch que "Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele" (BLOCH, 2002, p. 107).

Considerações finais

Chegamos aqui com a sensação de que ainda há muito que se reconstruir. No que diz respeito à presença das mulheres negras na historiografia, vimos que ao longo do tempo a escrita da história fez questão de demarcar como definitivo esse lugar de opressão subalternização às mulheres negras, gerado a partir dos processos do regime escravista e seus resquícios. Longe de querer

¹¹ Aqui a autora faz uma referência ao título de um texto de Audre Lorde lido durante uma conferência em 1979.

ocultar essa face tenebrosa da nossa história ou querer apontar culpados, esse artigo visou trazer a reflexão que para além de um legado de sofrimento e de exploração, as mulheres negras em suas potencialidades foram importantes agentes de transformação no contexto no qual se inseriram e se inserem. São escritoras, professoras, artistas, militantes, cientistas, intelectuais, domésticas, mães de santo, profissionais da saúde e tantas outras ocupações que não cabem maiores explicações, mas que nos remete a certeza que seja qual for a posição, as mulheres negras sempre buscaram exercer tais funções de maneira efetiva no sentido de evidenciar suas qualidades profissionais e humanas e contribuir para o fortalecimento de todo povo preto em diáspora.

O cenário da falta de visibilidade e de apagamento histórico de sua contribuição para a formação da cultura e da sociedade brasileira como conhecemos hoje, é reflexo do racismo sistêmico engendrado no imaginário de um povo que tenta ocultar de todas as formas a face negra e feminina estampada na construção da história do nosso país. Das primeiras africanas sequestradas e trazidas para o Brasil, as poucas vereadoras e deputadas negras que nos representam no poder legislativo nos dias atuais, há de se perceber pontos em comum entre elas: a força, a persistência, a empatia e o desejo de transformação de sua condição, dos seus e de toda a sociedade que as rodeia. Por fim, percebemos que a tomada de consciência cada vez mais cedo de meninas negras e mais acesso à educação e à saúde, vem proporcionando uma geração de mulheres negras críticas e ativas, e a ascensão crescente dessas a espaços de poder e de discussão é bastante assertivo para toda estrutura social, pois, nas palavras da ativista Angela Davis: "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela".

Referências

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2012.

CARBONIERI, Divanize. Pós-colonialidade e decolonialidade: rumos e trânsitos. *Revista Labirinto*, Porto Velho, v. 24, n. 1, p. 280-300, jan./jun. 2016.

CARNEIRO, Suely. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

COLLINS, Patricia Hill. O poder da autodefinição ". In: *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Traduzido por Natália Luchini. Seminário Teoria Feminista, Cebrap, 2013 [1990].

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, n. 6-7, p. 35-50, 1996.

COSTA, Renata Jesus. *Subjetividades femininas: mulheres negras sob o olhar de Carolina Maria de Jesus, Maria Conceição Evaristo e Paulina Chiziane*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

DO NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado* [The genocide of the Black Brazilian: Process of a masked racism]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DOMINGUES, Petrônio. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. v. 1.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GIACOMINI S, Maria. *Mulher e escrava, uma introdução histórica ao estudo da mulher*. Petrópolis: Vozes, 1988

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. *Civivol*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 65-82, jan./abr. 2018.

GONZALEZ, Lélia. Mulher Negra "The Black Woman's Place in the Brazilian Society", apresentada na "1985 and Beyond: A National Conference", promovida pelo African - American Political Caucus e pela Morgan State University (Baltimore, 9-12 ago. 1984). Disponível em: <http://www.leliagonzalez.org.br>. Acesso em: 2 jun. 2017.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Ciências Sociais Hoje*. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. 1. ed. 1981.

MOREIRA, Núbia Regina. O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. *São Paulo em perspectiva*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 53-66, 2001.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*, [S. l.], v. 27, n. 54, 2007.

Taynara Rafaela dos Santos

Graduada em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), em São Paulo, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Taynara Rafaela dos Santos
Universidade Estadual Paulista
Rua Quirino de Andrade, 215
Centro, 01049-010
São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação.